O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 31 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.6551559

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

"MOVIMENTOS" REIVINDICATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁFRICA SUBSAHARIANA: DISCURSOS DOS DIRIGENTES, UM COLONIALISMO INTERNO?

Nsambu Vicente[*]

Resumo

O presente artigo reflete sobre os "movimentos" reivindicativos para o desenvolvimento social da África subsahariana olhada a partir dos discursos dos dirigentes: um colonialismo interno? no âmbito do progresso social, conferindo os discursos dos dirigentes no período compreendido entre (1957 – 2021) numa perspectiva histórico-social e política, um trabalho que foi desenvolvido no âmbito de um módulo do programa de doutoramento. Em relação aos objetivos, procuramos questionar se são ou não as continuidades coloniais que condicionam o avanço e o recuo do continente africano a sul do Sahara em matérias de desenvolvimento social. A escolha do tema justifica-se por haver muitas contradições entre os discursos proferidos pelos líderes africanos no período do processo da luta pelas independências onde garantiam o bem-estar das populações, que teve o seu apogeu na década de 60 do século passado e a concretização dos compromissos assumidos e, que estão plasmados na carta da Organização da Unidade Africana, atual União Africana. Metodologicamente, o estudo auxiliou-se na pesquisa descritiva com enfoque qualitativo. Também utilizamos a bibliografia especializada sobre a temática. Ainda, nos apoiamos na observação direta através de notícias que são divulgadas em várias estações televisivas e radiofónicas de nível nacional e internacional. Finalmente, ainda nos servimos das informações disponíveis nos sites de instituições que consideramos idóneas que periodicamente publicam relatórios sobre a situação social dos países dessa região. Em relação aos resultados, anotamos que os discursos proclamados pelos líderes desse espaço geográfico adversam à emancipação social, econômica e política, condicionada em parte pelas ex-colónias que ainda exercem certas influências. Também constatamos que faltam políticas públicas exequíveis dos próprios governos africanos para a satisfação das necessidades primárias das suas populações.

Palavras chave: África Subsahariana. Colonialismo Interno. Desenvolvimento Social. Herança Colonial.

Abstract

The present article reflects on the claiming "movements" for the social development of Sub-Saharan Africa seen from the discourses of the leaders: an internal colonialism? in the context of social progress, checking the discourses of the leaders in the period between (1957 - 2021) in a historical-social and political perspective, a work that was developed within the framework of a module of the PhD programmer. In relation to the objectives, we sought to question whether or not it is colonial continuities that condition the advance and retreat of the African continent south of the Sahara in matters of social development. The choice of theme is justified because there are many contradictions between the speeches made by African leaders during the period of the struggle for independence where they guaranteed the well-being of the population, which reached its peak in the 1960s, and the implementation of commitments made and which are embodied in the charter of the Organization of African Unity, now the African Union. Methodologically, the study was based on descriptive research with a qualitative approach. We also used specialized bibliography on the subject. We also made use of direct observation through news broadcast on various national and international television and radio stations. Finally, we also made use of the information available on the websites of institutions we consider to be reliable, which periodically publish reports on the social situation of the countries in this region. Regarding the results, we note that the speeches proclaimed by the leaders of this geographical space are adverse to social, economic and political emancipation, conditioned in part by the former colonies that still exert certain influences. We also note that there is a lack of feasible public policies from the African governments themselves to satisfy the primary needs of their populations.

Keywords: Colonial Heritage. Internal Colonialism. Social Development. Sub-Saharan Africa.

[*] Licenciado em História. Doutorando em História Contemporâneo pela Universidade de Évora. Professor no Instituto Superior Politécnico Atlântida. E-mail para contato: nsambubaptista82@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Geograficamente, a África Subsahariana é uma região do continente africano composta por 47 países. Também, é chamada de "África Negra" pelo facto de zona habitar uma população maioritariamente de pele negra.

O continente africano durante séculos, foi palco da presença europeia, que tinham interesses econômicos e científicos. Em termos percentuais, esta parte de África é a que mais sofreu as imposições coloniais até ao segundo quartel do século XX. A situação só alterou com a entrada em palco dos movimentos clandestinos que mais tarde evoluíram para movimentos de luta armada de libertação, com as devidas particularidades em função da realidade do país colonizador.

Nesse sentido, o processo de luta pela independência de África teve início nos territórios que estavam sob domínio britânico e, em seguida, nas áreas de "posse" francesa e belga. Os territórios subjugados pelas autoridades portuguesas foram os últimos a alcançar as independências, isto é, nos primeiros anos da década de 1970.

Assim, é intenção do presente ensaio refletir sobre o processo de descolonização do continente africano, observando para os discursos dos líderes na época, com enfoque para a África Subsahariana. Além disso, olhamos para as influências que as ex-colónias continuam a exercer no capítulo do desenvolvimento social desta parte do território africano, um conceito incluído nos debates na década de 50 do século passado (Relatório Anual do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, 2015) quando autor entendeu que havia necessidade de colocar na agenda pública dos países que buscavam planificar uma maneira de buscar formas para compreender o desenvolvimento que não fosse sinónimo de crescimento económico exclusivamente.

O estudo busca questionar as continuidades coloniais que influenciaram ou, que continuam a influenciar o desenvolvimento social do continente africano a sul do Saara e, perceber os avanços e os recuos que se observam no interior destes Estados, contando que, passam décadas desde que alcançaram as independências e as dificuldades sociais cada vez mais são acentuadas nas comunidades locais.

Em relação aos objetivos, questionamos se são ou não as continuidades das ex-colónias que condicionam o avanço e o recuo do continente a sul do Saara em matérias de desenvolvimento social ou então estamos diante de uma colonização interna dos próprios países. A partir deste propósito, construímos uma tese que identificou as razões do avanço e do recuo desta parte de África, desde o processo de descolonização dos territórios na perspetiva do progresso social que é avaliado pelos indicadores como educação, saneamento básico, alimentação e acesso aos bens e serviços.

Outrossim, a escolha do tema justifica-se por haver muitas contradições entre os discursos proferidos e a concretização das promessas feitas pelos líderes na época da luta pelas independências africanas, fundamentalmente, a sul do Sahara, dado que, esta apresenta elevados índices de pobreza, desemprego, fraca industrialização se comparado com a parte norte do continente. Ou seja, a interrogação sobre o desenvolvimento social da África Subsahariana, tenciona contribuir para a análise e a observação de um continente caracterizado basicamente pela pobreza, onde os sectores primários, secundários e terciários estão em mudanças tímidas e enfrentam posições por vezes de avanços e de recuos, mas sem grande impacto na vida da população.

Metodologicamente, o estudo se socorre na pesquisa descritiva com enfoque qualitativo. Ainda utilizamos a bibliografia especializada que trata sobre a temática que consultamos nas bibliotecas localizadas em Luanda e em repositórios das diversas instituições universitárias europeias e americanas. Além disso, nos apoiamos na observação direta através de notícias difundidas por diferentes estações televisivas e radiofónicas de nível nacional e internacional, para além das redes sociais. Por fim, socorremo-nos em informações disponíveis nos *sites* de instituições idóneas que periodicamente publicam relatórios sobre esta temática, embora na maioria das vezes no âmbito económico, nomeadamente: o FMI, Banco Mundial, CNUCED, PNUD, OMC, BAD, OCDE, UA, relatório sobre as Perspetivas Económicas em África, 2015, 2016 e 2017.

Do ponto de vista histórico-antropológico e econômico, os estudos sobre o desenvolvimento social a sul do Sahara não é um tema novo, embora a historiografia africana lhe tenha dado pouca atenção. Os estudos Comaroff e Comaroff (1991; 1997) e Cooper e Stoler, (1997) são primários na divulgação da situação social dessa parte do continente. Esses estudos advogam que o colonialismo ultrapassou os limites de atuação, tendo mesmo invadido as identidades das populações africanas e a sua economia tribal. Tendo em vista as alterações que o encontro entre os africanos e os europeus provocou, Comaroff & Comaroff trataram-no de um processo histórico totalizante, estabelecedor de uma hegemonia orientadora da perceção e da experiência social" (COMAROFF; COMAROFF, 1997). De outro modo, a própria ideia de "África" foi um instrumento de homogeneização e de essencialização útil para as definições dos impérios (COOPER; STOLER, 1997). Por sua vez, Antônio Luís Dias, José Lúcio e Thierry Dias Coelho (2015) "*Corrupção e pobreza em África: os legados coloniais em perspectiva comparada*", a partir de uma constatação, apresentam os níveis de corrupção na África Lusófona. Os autores fazem a sua análise apoiando-se num quadro teórico, o neo-institucionalismo. De acordo com os autores, os níveis médios de corrupção nos países da África lusófona apresentam valores relativamente mais baixos do que os seus congéneres da África francófona e anglófona. Por seu turno, Kabou Axelle (2013) ao analisar a situação precária que o continente se encontra, percebe que as causas

do subdesenvolvimento da África tem pouco a ver com mentalidade africana. Para o autor, a razão dessa inércia tem a ver com as persistentes invasões que o continente tem sido vítima da parte dos países do Ocidente.

Em suma, o que se pode anotar é que existem poucos estudos que analisam profundamente a situação social da África Subsahariana, não obstante a situação precária que a população vive. Nesse sentido, no presente estudo, queremos fazer uma análise a partir dos discursos dos líderes e, saber se o que têm proferido tem repercutido no bem-estar social.

A HERANÇA COLONIAL DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AFRICANO E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA IDENTIDADE DOS POVOS

Quando Kwame Nkrumah considera que a África estava incluída na história do continente europeu e americano e, que essa ligação, também, ocasionou a participação da África nos conflitos internacionais dos quais não foi responsável, o líder talvez fazia alusão a Segunda Guerra Mundial, onde os africanos participaram ao lado dos países colonizadores.

Devido a esse facto, indubitavelmente, a Europa influenciou o mundo numa larga expansão onde estendia o seu domínio nos aspectos físicos, políticos, económicos, culturais e sociais. No caso do continente africano, o domínio era maior, previamente partindo da ideia de "civilizar", dado que, na percepção dos europeus trata-se de um espaço geográfico "sem história", noção defendida por Friedrich Hegel (1774-1831) que comenta:

> A África propriamente dita, tão longe quanto a história registra, conservou-se fechada, sem laços com o resto do mundo; é a terra do ouro, debruçado sobre si mesma, terra da infância que além do surgimento da história consciente, está envolvida na cor negra da noite [...] O que caracteriza os negros, é precisamente o fato de que sua consciência não tenha ainda chegado à intuição de nenhuma objetividade firme, como por exemplo Deus, a Lei, onde o homem se sustentasse na sua vontade, possibilitando assim a intuição do seu ser... Como já dito, o negro representa o homem natural, em toda sua selvageria e sua petulância; é preciso fazer abstração de qualquer respeito e qualquer moralidade, do que se chama sentimento, se se deseja de fato conhecê-lo; não se pode encontrar nada nesse caráter que possa lembrar o homem (HEGEL, 1987, p. 75-76).

Com o propósito de legitimar a atuação colonial no continente africano, as colocações de Hegel, nos levam a compreender que se tratou de um preconceito; uma construção da época que abrangia todos os domínios que começou a ser sustentada desde o século das Luzes (XVIII) onde se olhou para a África como se não tivesse um passado promissor. Parece-nos que se ignorou o contributo dos antigos territórios como, por exemplo, o Kemet (Egipto), Núbia, Mali, Kongo, Império Lunda, Monomotapa, etc., Estados que legaram a sua participação histórico-social que também favoreceu a Europa, isto é, a aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos. Essas evidências se encontram à ida de muitos

sábios europeus da época a acorrerem por exemplo no Egipto antigo onde aprenderam filosofia, medicina, matemática, geometria,etc.

Com o propósito de mostrar a "hegemonia" europeia, Giordano (2001) no artigo intitulado "*Europe: Sociocultural Aspects*" reforça a ideia da "supremacia" europeia do ponto de vista antropológico, quando diz que a Europa descobre-se descobrindo e conquistando outras partes do mundo. Assim, para dar sustentabilidade à sua abordagem, o autor cita determinados intelectuais que se debruçam sobre as temáticas ligadas a Europa, como, por exemplo, Baltazar Gracian (1601-1658) que cunhou a famosa frase "*a Europa é a face admirável do mundo*". O *Grand Dictionuaire historique* de Louis de Moreri (1674) que ilustra os traços europeus que lhe permitiram "dominar" os povos de outros continentes (GIORDANO, 2001, p. 4917).

Considerando essa situação, a África durante séculos foi vista pelas autoridades coloniais como um território que era preciso estudar para melhor explorar os seus recursos. Na sequência desse intento, na segunda metade do século XIX, o continente africano, sobretudo o sul do Sahara, foi marcado por uma grande corrida, cujo objetivo era realizar explorações geográficas para satisfazer os interesses europeus. Desta feita, para a concretização desses atos, as instituições daquele continente iniciaram um processo de financiamento de estudos que visavam buscar novos territórios para a manutenção do seu domínio. Por exemplo, no caso de Portugal, foi criada a *Sociedade Geográfica Real* (1830), a *Sociedade de Geografia de Lisboa* (1875) organizações que dinamizaram a exploração da África. Por esta razão, Reis (2015) argumenta:

> As sociedades de geografia europeias tinham sido criadas durante a primeira metade do século XIX, e tinham desenvolvido trabalhos de exploração geográfica e científica com ampla divulgação nos periódicos e livros da época. As informações obtidas, apresentadas de forma atrativa, com mapas, imagens exóticas com reprodução da fauna e flora, atraíam a atenção de um público cada vez maior. Estas explorações chamavam também a atenção dos poderes políticos para as possibilidades de exploração económica (REIS, 2015).

Uma vez as bases estavam criadas, muitos estudos tinham sido desenvolvidos fundamentalmente no campo da história, geografia e etnografia, o que facilitou conhecer e depois dominar esses territórios a sul do Sahara, isto é, desde o ponto de vista da organização social, econômica e fundamentalmente cultura, além do espaço geográfico. Uma vez terem o domínio do *modus vivendi* dessas sociedades, "autorizou", portanto, produzir-se a tese sobre o continente africano, disposição que veio a ser reforçada com a realização da Conferência de Berlim que teve início a 15 de novembro de 1884 e o seu término a 26 de fevereiro de 1885.

Olhando para as narrativas acima, talvez seja por a razão que Giordano aponta que durante o século XIX a Europa assumiu uma conotação cada vez mais hegemônica pelo facto de se caracterizar

por um otimismo que se revelou autoengano. Para este autor, em termos históricos, as "elites" europeias tinham subestimado as mudanças que se foram desenrolando para além do continente europeu (GIORDANO, 2001). Mediante o exposto, importa realçar que, na época, era comum encontrar relatórios que colocavam a África em categoria de "criança eterna", conceito propagado por intelectuais, como Friedrich Hegel. A finalidade dessas ideias era para justificar a continuidade da ação "civilizadora" da Europa, estigmatizando assim, os africanos. À esse propósito, Lafargue (1906), comenta:

> Os selvagens e bárbaros são capazes de um número muito maior de operações intelectuais do que realizam em sua vida diária. Durante centenas de anos, os europeus transportaram da costa de África para as colónias milhares de selvagens e bárbaros negros, removidos por homens civilizados por séculos de cultura. No entanto, no final de um prazo muito curto, eles assimilam os ofícios da civilização. (…) É igualmente certo que o selvagem é tão estranho aos conceitos abstractos do homem civilizado quanto às suas artes e ofícios, o que é comprovado pela ausência em sua língua de termos para ideias gerais (LAFARGUE, 1906).

Face a narrativa, duas observações são indispensáveis para se perceber a razão desta categorização do continente africano. A primeira, se trata talvez, de um desconhecimento da parte dos europeus sobre a organização social, cultural e até política dos povos africanos, sobretudo, da sua parte sul, partindo da concepção de que cada sociedade possuir sua própria identidade, herdada a partir da experiência ancestral à qual procuram afirmar-se. Em relação à isso, Hall (2005) discute:

> As identidades nacionais não são coisas com as quais os sujeitos nascem, mas são formadas e transformadas no interior da representação. As identidades nacionais não são heranças genéticas. As pessoas não são apenas sujeitos sociais legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional (HALL, 2005, p. 49).

A segunda razão, olhando do ponto de vista que foi apresentado, acreditamos que aquela explicação tinha a propósito de eternizar a legitimidade da hegemonia europeia no interior do continente em consequência do encontro que houve entre os povos africanos e europeias, sobretudo, durante o século XV quando foram realizadas as viagens de exploração marítima, motivadas por razões económicas e religiosas.

Interessa destacar que, o encontro que aconteceu entre os povos, ambos sofreram influências, ao contrário que a historiografia europeia tenta admitir, os europeus também sofreram certa influência. Aliás, como referimos, muitos intelectuais da Europa estudaram em África. Diop (1974). Nesse sentido, não foram apenas os africanos que obtiveram as representações europeias. Os dois povos sofreram influências recíprocas. A nossa opinião ainda é sustentada por Ali Mazrui (1986) no artigo "*The Tripe Heritage*" quando diz, "a África a sua própria identidade foi afetada pelo triplo património tal como qualquer outra parte de África" (MAZRUI, 1986, p. 99). O que se pode abranger é que houve

sempre fragilidades em termos de relações entre os dois povos mesmo após as independências dos territórios africanos. Por esse motivo, julgamos necessário continuar a se fazer mais investigações no âmbito das ciências sociais e humanas para expor o contexto histórico-antropológico e etnográfico em que ocorreu o percurso desse encontro.

Em relação a identidade dos povos do sul do Sahara, os estudos que têm sido realizados, como por exemplo, Ali Mazrui tentam mostrar como o conceito de identidade foi tratado. Esse autor desenvolveu a partir da sua experiência de grupo diferentes investigações a fim de examinar as distintas categorias sociais em que estava envolvido o seu território no sentido de perceber a sua essência, quando questiona: (i) "Quanto de um produto de África triplo património sou eu?" "Serei eu a encarnação ambulante dessa complexa mistura cultural?" (MAZRUI, 1986, p. 100). Como podemos acreditar, as mudanças econômicas e sociais trazidas pelo Ocidente na parte sul do continente africano, produziram marcas no meio urbano, cujas identidades têm repercussões no conjunto de valores, hábitos e costumes que se foram agregando ao longo dos tempos com os povos deste continente. Por esta razão, Meliá (2006) rebate:

> A identidade não é só a busca das raízes; tão pouco a permanência em um único modo de ser. Há uma identidade em movimento, na qual nada perde seu rosto, mas é capaz de dizer uma palavra diferente, em vista da construção de algo novo. (...) A identidade está sempre em transformação em um contínuo fazer-se e desfazer-se, em uma construção e desconstrução incessante. Insatisfeitos connosco mesmos, do que somos e com o que nos espera, estamos em transformação até outra coisa. A condição dos seres humanos e de suas sociedades seria de se não somos e no entanto não somos (MELIÁ, 2006, p. 6-7).

Assim, ao analisarmos o contexto em que resultou o encontro entre os africanos e os europeus no período moderno e até contemporâneo, importa salientar que, nenhum desses povos ficou estagnado. Ambos sofreram influências. O que sugerimos é no sentido de haver equilíbrio que traga o desenvolvimento social a sul do continente africano, aliás como também alega Shmuel Noah Eisenstadt (196) "*Social Change and Modernization in African Societies South of the Sahara*", que afirma:

> (…) o processo de modernização nas diferentes esferas institucionais, sejam elas económicas, políticas ou organização social, estão intimamente relacionados de modo que eles tendem necessariamente a se unir em padrões significativamente semelhantes (EISENSTADT, 1965, p. 485).

O autor defende que os Estados não devem ficar reféns a si mesmos, mas, devem sempre primar na interconectividade, próprio das sociedades modernas e contemporâneas. Também na mesma senda, Santos (2001) declara:

> [...] as identidades não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e rápidos de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (SANTOS, 2001, p. 135).

Desta maneira, talvez seja com essa concepção de afirmação da identidade que os líderes africanos se debateram pelas independências nos seus territórios ao longo do processo de luta anti-colonial, justificada com a decisão de auto-determinação de quem a finalidade primária constituía de garantir o bem-estar dos povos em todos os sectores da vida. Por este motivo, não estavam mais "pacíficos" a continuar oprimidos do jugo colonial. Pois, julgamos que foi com este objetivo que Amílcar Cabral, citado por Santos (2011) diz:

> Houve um tempo na minha vida em que eu estive convencido que eu era português porque assim é que me ensinaram, eu era menino. Mas depois aprendi que não, porque o meu povo, a História de África, até a cor da minha pela...Temos de ter paciência, diabo! Não somos meninos, não é? Aprendi que não era português nada, não era português (SOUSA, 2011, p. 75).

Na verdade, o sentido da luta não foi percebido por todos aqueles que defendiam a causa. As razões por que lutaram ainda não foram satisfeitas. Ainda continuam a se notar muitas insuficiências na concretização dos objetivos mesmo passados longos anos desde o alcance das independências. Devido a isto, os povos do sul do continente africano, não notando a satisfação das suas aspirações, têm protagonizado uma série de demonstração de descontentamento, em alguns casos violentos, exigindo aos líderes a concretização dos objetivos plasmados na carta da Organização da Unidade Africana - OUA (atual União Africana-UA), assinados em 1965, na Etiópia.

Para o presente estudo tomamos dois exemplos que acreditamos que estão na base do persistente descontentamento em alguns países a sul do Saara. Inicialmente, elegemos Angola, um país rico em matéria-prima, mas a distribuição da riqueza não tem refletido as condições que a população vive. A riqueza tem estado na posse da minoria, sobretudo ligada ao poder. Esse facto, durante os últimos meses do ano de 2020 e princípio de 2021 tem levado os jovens a protagonizarem uma série de manifestações exigindo do governo local mais abertura de postos de emprego, o combate ao nepotismo e o copadrinho, a descentralização da governação, realizando as eleições autárquicas em todo o território.

Figura 1 - Jovens manifestando devido às precárias condições sociais na província do Zaire



Fonte: Daniel Maurício (2021).

O segundo exemplo é o que se observa na República Democrática do Congo. Igualmente um país rico em matéria-prima, recursos hídricos, mas a sua população se encontra numa situação de miséria. A sua parte Leste se encontra em constantes guerras devido à disputa na exploração dos recursos minerais. A população, para fugir da miséria, opta por emigrar nos territórios africanos que ofereçam as mínimas condições e, em muitos casos, para os países europeus, principalmente de expressão francesa. Em suma, a realidade que estes dois territórios apresentam, acontece aos demais países dessa parte de África, situação que impede o seu desenvolvimento social.

DESCOLONIZAÇÃO DE ÁFRICA E A TESE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA HERANÇA COLONIAL NA ÁFRICA A SUL DO SAHARA?

O processo da luta pela independência do sul do continente africano começou na segunda metade do século XX, inicialmente, com a independência do Ghana (1957) e Guiné-Conacri (1958). Após a Segunda Guerra Mundial, com as potências europeias fragilizadas, os países africanos obtiveram as liberdades, com as necessárias singularidades, considerando o modelo de colonização imposto pelo país

colonizador. Importa referir que, as populações dos territórios africanos tinham sido obrigadas a participar ao lado dos "seus" países colonizadores pelo que, os africanos aderiram sem reservas, motivados com a ideia de liberdade. Por exemplo, no Ghana, Kwame Nkrumah (2002), fez o apelo seguinte:

> Acreditamos em métodos constitucionais, mas ao mesmo tempo sabemos que nunca na história o autogoverno foi oferecido para um povo colonial e oprimido em uma bandeja de prata...a dinâmica deve partir de nós. Então, para o povo de Ghana pedimos que permaneçam calmos, mas, no entanto, firmes na sua demanda por autogoverno; se você não reivindicá-lo agora, quem irá fazê-lo por você? (NKRUMAH, 2002, p. 16).

A petição de Kwame Nkrumah mostra a concepção de que a descolonização do continente africano despertou o interesse de muitos estudos. Por essa razão, Eisenstadt (1965) percebe que, em todos os estudos, o destaque original, com exceção dos partidos políticos, foi a mudança social e a desorganização do surgimento de novas categorias de estruturas sociais que, muitas vezes, eram de difícil percepção. O autor ainda elucida que, com o estabelecimento de novos Estados e organizações políticas, houve mudanças importantes em toda esta área de pesquisa, disposição que motivou a necessidade de estudar estes fenômenos juntos na sua inter-relação, que na altura era chamado de "cenário global ou total" (EISENSTADT, 1965).

No presente estudo, em virtude das limitações de fontes documentais onde conste os discursos da maioria dos líderes dessa parte de África e, também, pela insuficiência de tempo, não descrevemo-los na totalidade, apenas pegamos em pequenos trechos, sobretudo, aqueles que fazem referência ao processo das independências. Apenas selecionamos sete por acharmos serem de grande interesse na atualidade.

Portanto, em conformidade ao discurso de liberdade do continente africano, começamos por analisar Kwame Nkrumah (1970) que defende que a consciência política das massas africanas nasceu de certo modo das estruturas sócio-económicas tradicionais. De acordo com Nkrumah, na sociedade de tipo comunitário, a terra e os meios de produção pertenciam à comunidade, chamando de "época da propriedade pública". Ainda na sua perceção, o trabalho não era simplesmente uma necessidade, mas também um hábito. Quem quer que alugasse uma parcela de terra para o seu uso pessoal, não era livre de fazer o que lhe apetecesse, porque a terra pertencia à comunidade.

Na sequência, Nkrumah assegura que o período anterior à independência, as divisões de classes tinham sido esquecidas com o objetivo de expulsar o poder colonial, situação que parecia haver coesão social entre os africanos, por essa razão desenvolveu-se a tese de que em África não havia divisões sociais e não tinha luta de classes, quando advoga:

> O colonialismo elimina a propriedade comunal em proveito da propriedade privada. O «sistema de governo indirecto» fez dos chefes indígenas instrumentos e, muitas vezes, agentes a soldo do poder colonial. A alienação da terra e dos seus recursos naturais, isto é, dos meios de produção, provocou o aparecimento de dois sectores económicos: os sectores africano e europeu, o primeiro submetido à exploração do segundo. A agricultura de subsistência desapareceu pouco a pouco e os Africanos viram-se obrigados a oferecer os seus serviços aos colonialistas, que capitalizaram os proveitos que daí tiraram. Foi nestas condições que surgiu a luta de classes, que era também uma luta de raças (NKRUMAH, 1970, p. 24).

Ainda em relação a concepção de emancipação das populações africanas, Amílcar Cabral, líder da luta da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e cofundador do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), apoia a sua discussão no conceito de desenvolvimento sustentável das populações. Em seus discursos era persistente fazer apelo no sentido de garantir o bem-estar das populações do continente africano. Importa destacar que aquele deixou inúmeros fragmentos de seus discursos que testemunham a importância que dava aos assuntos económicos e sociais, questões que consideramos estarem no centro do conceito de desenvolvimento social em África, principalmente o sul do Sahara.

Para Amílcar Cabral (1976), a libertação do continente africano do domínio colonial, constava nas prioridades do PAIGC. Contudo, à medida que a luta anti-colonial prosseguia e o partido se esforçava para construir uma vida "nova" nas zonas libertadas, aquele líder, na qualidade de grande estratega e revolucionário, produziu um conjunto de reflexões que consubstanciam o seu pensamento sobre o desenvolvimento social e econômico dos povos africanos e, em particular, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (Cabral, 1976: 157-158). Atentemos o que profere:

> Camaradas, eu jurei a mim mesmo, nunca ninguém me mobilizou, trabalhar para o meu povo, eu jurei a mim mesmo, que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como Homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do Homem se tornar melhor no mundo. Este é o meu trabalho (CABRAL *apud* MENDY, 2005, p. 774).

Diante destas narrativas, se pode admitir que os líderes africanos transmitiam a ideia que só com a auto governação seria possível diminuir ou mesmo acabar com as insuficiências que a população vive como por exemplo, o saneamento básico, o abastecimento de água potável, a falta de habitação digna, escolas, etc. Na verdade, passados anos, a situação não melhorou. Admitimos que a pretensão está longe de se tornar uma realidade dado que, esta disposição foi contrariada ao longo dos tempos com práticas de corrupção, favoritismo, impunidade, etc., como referenciamos no caso de Angola e República Democrática do Congo (R.D.C).

Considerando esse fato, Eisenstadt (1965), na sequência das suas reflexões, faz questão mais uma vez de referenciar o paradoxo que muitos líderes dos Estados africanos a sul do Sahara têm tido.

Eles enfatizam a ideia de avanço em termos de desenvolvimento econômico, princípio da sua orientação política e ideológica, principalmente em vésperas de eleições. Esse princípio surgiu na época do domínio das administrações coloniais na África. Na perceção do autor, a capacidade dos líderes africanos de compreender a mudança e fazer transformações profundas para o bem da população está longe das suas pretensões, embora se perspective excepções, dependendo da vontade de cada Estado e da sua capacidade de liderança (EISENSTADT, 1965). Penso que na atualidade, a narrativa que o autor faz se encaixa no caso do Rwanda onde nos últimos anos tem havido forte aposta na estabilidade da vida da população daquele país.

Na sequência, Eisenstadt, na primeira análise que faz das sociedades africanas, começa por fazer o balanço das mudanças que as sociedades africanas desenvolveram em relação aos "modernizadores", quando percebe que a situação da manutenção da capacidade de modernização dos líderes, olhando para as características, tende a evidenciar-se no modelo oligárquico, orientados maioritariamente para o auto-engrandecimento e manutenção da sua própria posição de poder, de prestígio e o desgaste de compromissos com objetivos coletivos para o desenvolvimento das sociedades (EISENSTADT, 1965). Infelizmente, concordamos com Eisenstadt quando faz essas considerações, pois, passados décadas desde as primeiras independências nessa parte do continente africano, as práticas duma governação não inclusiva, assente na militância partidária e na deficitária a apresentação de contas das instituições, ainda impera até agora. Por exemplo, o caso de Angola, onde até a data que escrevemos o ensaio, muitos governantes estão no processo de julgamento por práticas de corrupção, crimes de peculato, branqueamento de capitais e associação criminosa, o que recua o desenvolvimento social da população que perdeu o poder de compra no caso dos que trabalhavam e, o surgimento de "pedintes" entre crianças e adultos. Além, disso, a proliferação da prostituição e da delinquência no seio da juventude e certos adultos.

Também apontamos dois outros exemplos, como a Guiné-Bissau, onde os seus líderes são constantemente alvos de golpes de Estado, situação que tem provocado instabilidade e, consequentemente, a insegurança da população, não obstante o aumento do índice de pobreza. Essa situação está na base da excessiva emigração, sobretudo para Portugal. Também ainda, tomamos o exemplo de Moçambique, onde até agora, a região de Cabo-Delegado se observa uma instabilidade profunda devido às confrontações pelo controle da exploração do gás natural.

Assim, analisados estes fatos acima, observando os acontecimentos nesta parte do continente africano, interessa questionarmos: Serão ainda as ex-colónias as culpadas ou, os influenciadores do comportamento dos líderes?

Para tentar responder essa preocupação, Eisenstadt, mais uma vez, apresenta-nos três presumíveis soluções que são necessários para o desenvolvimento e modernização das sociedades africanas. (i) Económico, devido a importância central que acarreta; (ii) Garantia relativa da continuidade da modernização do crescimento sustentado do desenvolvimento das sociedades africanas (iii) Inter-relação muito próxima de quase todos os principais aspetos do desenvolvimento ou da modernização em todas as principais esferas institucionais de qualquer sociedade (EISENSTADT, 1965).

Nos parece que o autor apresenta interessantes pistas para tirar o continente africano da situação que se encontra. Nesse sentido, compreende-se, talvez, por esta razão que Kwame Nkrumah defendia que seria impossível separar os assuntos da África dos assuntos do mundo na totalidade. Para aquele líder, não foi simplesmente a história da África que esteve excessivamente próxima da Europa e do hemisfério Ocidental, mas esse empenho, foi a força por trás de grandes conflitos internacionais dos quais os africanos não foram responsáveis, mas persuadidos a participar com todos os riscos possíveis (NKRUMAH, 1963).

Confrontando a contribuição de Nkhumah, passados décadas desde as independências dos países africanos a sul do Sahara, ainda faz sentido a África continuar a culpar o Ocidente como aquele que inviabiliza o seu desenvolvimento social? Não será que a culpa está nas próprias lideranças africanas que até agora não tomaram consciência da sua condição ambígua em que se encontram e que tem recuado constantemente o continente? O que falta para que a África Subsahariana alcance o desenvolvimento social, não obstante a existência de diversas matérias-primas? Estas questões preferimos deixar em aberto para que os nossos leitores possam refletir e se possível servir de motivo de mais investigações para esta temática que achamos ainda não estar muito discutida na academia.

Ainda de acordo com Mazrui (1986), na tentativa de compreender o pouco desenvolvimento de África a partir da relação que existe entre a África e o Ocidente, julga que o património engloba toda a diversidade de identidades e estilos de vida dos africanos e que não ficariam dissociados do resto do mundo. Dada a observação, o autor coloca também uma série de questões, a saber: (i) Quem são os africanos? (ii) Onde acaba o árabe e começa a africanidade? (iii) O Norte de África é uma extensão sul da Europa, uma extensão ocidental da Arábia, ou uma extensão norte do resto da África? (iv) Será que os africanos ficaram presos a pensar no seu continente como um "continente negro" quando na realidade a África está mais próxima da Ásia como uma região multicolorida do que da Europa como um continente de raças brancas? (v) Quais são os mitos de origem dos povos africanos? (MAZRUI, 1986, p. 100).

Observando as reflexões de Mazrui, percebe-se a convergência de noções com Eisenstadt tinha alguma razão quando aponta que o estabelecimento de novos quadros políticos, também trazem novos problemas de integração para o surgimento e cristalização de novas estruturas integrativas gerais que tendem a reunir os vários processos de mudança num único foco e que, o desenvolvimento destas novas sociedades deram novo significado aos vários processos de mudança estudados pelas diversas disciplinas das ciências sociais e que agora foram necessariamente entrelaçados nos novos centros e sobre o qual os novos centros eram muito dependentes (EISENSTADT, 1965). Assim, ao longo da sua explanação, o autor chega a conclusão de que, os novos centros tinham características muito específicas pela forma ideológica e institucional como foi feita a tentativa da modernidade no estabelecimento de uma nova ordem contemporânea de novas sociedades modernas que deveriam tomar o devido lugar entre as sociedades modernas. Nesse sentido, apoiando-se nas opiniões de Eisenstadt, pensámos que o processo de modernização das sociedades africanas, sobretudo ao sul do Sahara não tinha sido bem assimilados pelos seus líderes, pelas seguintes razões: (ii) Práticas educativas estagnadas e relativamente conservadoras, voltadas principalmente para as necessidades de auto-imagem de pequena elite, o que faz com que se perca a capacidade de inovação para a mudança; (ii) Expansão rígida e discriminada do sistema educacional, superando a realidade por falta de estudos prévios na implementação de políticas públicas; (iii) as universidades não produzem o saber necessário para cooperar no desenvolvimento social, limitando-se, apenas no "exibicionismo" de títulos académicos.

Sob formas a reforçar ainda o nosso ponto de vista, Eisenstadt (1965) apresenta-nos outras inquietações que nos permitem saber como as populações africanas a Sul do Saara foram capazes de desenvolver dentro de si, destinos ativos e recursos para acalmar a organização e conseguiram se integrar nas estruturas mais amplas, quando anuncia: Apesar de todos os territórios africanos tenham passado por uma desorganização social, será que variou de Estado para Estado? (EISENSTADT, 1965). Seguidamente, da análise que fizemos, percebemos que os dirigentes africanos nas vésperas das independências amparam-se junto da população para conseguirem os seus intentos. Infelizmente, a mesma prática se verifica até agora, sobretudo quando estão a necessitar permanecer no poder, baixam o preço dos produtos da cesta básica até concretizarem a sua pretensão. Nos seus discursos produzem narrativas que garantam o desenvolvimento social como a linha orientadora dos seus consulados, em tudo, para o bem-estar econômico, político e social que, infelizmente, caem sempre em desuso.

Nesse sentido, fomos a assistindo em quase todos os países do continente africano a sul do Sahara o nepotismo, a corrupção e outras práticas que têm contribuído no recuo dessa região, situação que dificulta a mobilidade social e o desenvolvimento social, contrastando por exemplo, o slogan do primeiro presidente de Angola, "o mais importante é resolver o problema do povo".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto na análise, certo que o Ocidente influenciou negativamente no fraco desenvolvimento do continente africano, sobretudo, o sul do Sahara. Essa destruição não só foi em termos de matéria-prima, mas também, na parte espiritual deste povo onde a sua identidade foi "estudada" para depois servir de armadilha. Assim surgiram as diferentes teorias que visavam perpetuar os intentos europeus nessa região. Assim, a Europa influenciou o mundo numa larga escala onde estendia o seu domínio nos aspectos físicos, políticos, económicos, culturais e sociais, situação que provocou mudanças de interpretações nos Estados europeus e africanos.

Em vista disso, África foi colonizada porque as ideologias ocidentais foram legitimadas nos discursos de cultura monológico, sustentado por pensadores da época, principalmente nos séculos XV e XIX. Do encontro entre a África e o Ocidente, na segunda metade do século XIX, as enormes transformações por que passaram o processo industrial e o próprio capitalismo, alteraram bastante a relação dos países capitalistas centrais e os "periféricos". Houve partilha de influências o que provocou transformações de identidades e que ambos estão sujeitos a conviver, uma vez as identidades serem adquiridas, apesar do Ocidente não admitir tal realidade.

Diante do exposto, notamos que o debate sobre o desenvolvimento social nos Estados africanos a sul do Sahara ainda é deficiente, apesar de ser o instrumento necessário da liberdade de expressão e respeito às diferenças e que gera o desenvolvimento social – educação, habitação, oferta de trabalho digno, respeito aos direitos humanos, saneamento básico, organização que facilita a mobilidade social. Por todos esses aspectos, os líderes africanos, infelizmente, até aos dias atuais, não conseguem satisfazer as necessidades da população, situação que está na base das constantes manifestações, pois, depois de conquistarem as independências, não conseguiram cumprir com as orientações dos objetivos da luta. Essa situação está na base da existência da geração de estereótipos sociais e culturais, fome, misérias econômicas e sociais, situações que incomodam a África, apesar dos discursos apontarem a favor da tolerância, da paz, na busca de melhores condições.

Em vista disso, o problema do continente africano, passados cinco décadas para a maioria dos países depois do alcance das independências, está na tomada de consciência dos seus líderes — e não do Ocidente, apesar das influências que continua a exercer sobre os Estados africanos. É preciso que as democracias sejam de facto funcionais para que se crie coesão social entre os governantes e as populações.

REFERÊNCIAS

AFDB - Banco Africano de Desenvolvimento. **Relatório Anual** [2015]. Disponível em: <https://www.afdb.org>. Acesso em: 02/05/2022.

CABRAL, A. **A Arma da Teoria**. Unidade e Luta. Lisboa: Seara Nova, 1976.

COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J. **Of revelation and revolution**: Christianity, colonialism and consciousness in South Africa. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J. **Of revelation and revolution**: the dialectics of modernity on a South African frontier. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

COOPER, F.; STOLER, A. L. (eds.). **Tensions of empire**: colonial cultures in a bourgeois world. Berkeley: University of California Press, 1997.

DIAS, A. L.; LÚCIO, J.; COELHO, T. D. "Corrupção e pobreza em África: os legados coloniais em perspectiva comparada". **Revista do Serviço Público**, vol. 66, n. 3, 2015.

DIOP, C. A. **A Origem Africana Da Civilização**: Mito ou Realidade. Paris: Lawrence Hill, 1974.

EISENSTADT, S. N. "Social Change and Modernization". **Cahiers d'Études Africaines**, vol. 5, n. 19, 1965.

GIORDANO, C. "Europe: Sociocultural Aspects". In: SMELSER; N. J.; BALTES, P. B. (eds.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, vol. 7. Oxford: Elsevier, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEGEL, G. H. **Leçons sur la philosophie de l'histoire**. Paris: J. Vrin, 1987.

KABOU, A. **E se África recussasse o desenvolvimento?** Luanda: Edições Pegado, 2013.

KHAN, M. W. **The Age of Peace**. New Delhi: Good Word Books, 2015.

LAFARGUE, P. **The Origin of Abstract Ideas**. Inquiries into the Origin of the Idea of Justice and the Idea of Godness. London: Charles Kerr and Co, 1906.

MATOS, J. N. **Memórias e trabalhos da minha vida**: factos, acontecimentos e episódios que a minha memória guardou, conferências, discursos e artigos e suas raízes no passado, vol. 4. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1944.

MAZRUI, A. "The Tripe Heritage". In: **Africanity Redifined**. Collected Essays of Ali A. Mazrui, vol. I. Eritreia: Africa WorldPress,1989.

MENDY, P. K. "Cabral na Guiné-Bissau Colonial: Contexto, Desafios e Conquistas". **Anais do II Simpósio Internacional Amílcar Cabral**. Praia: Alfa Comunicações, 2005.

MEYNS, P."O desenvolvimento da economia angolana a partir da independência: problemas de reconstrução nacional". **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 2, 1984.

NKRUMAH, K. **Africa Must Unite**. New York: Frederick A. Praeger, 1963.

NKRUMAH, K. **Towards Colonial Freedom**. London: Heinemman Educational Books, 1962.

NKRUMAH, K. **Luta de Classes em África**. São Paulo: Edições Nova Cultura, 1970.

REIS, F. **Em Lisboa com olhos em África**: a fundação da Sociedade de Geografia. Lisboa: Instituto Camões, 2015.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, J. S. **Vida e Morte de um Revolucionário Africano**. Pontinha: Nova Vega, 2011.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: Para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 31| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima